

Uma brevíssima introdução sobre as runas e o estudo das runas

Renan Marques Birro¹

Resumo: Este artigo pretende discutir alguns elementos sobre as runas e o estudo das runas. Assim, foram apresentadas suas formas de gravação básicas, seus usos e como alguns eruditos contemporâneos tem utilizado esses indícios para estudar o passado, além dos problemas causados pela falta de uma metodologia estrita para o estudo das runas.

Palavras-chave: Runas – runologia – Idade Média

Abstract: The aim of this article is expose some elements on runes and the studies about runes. Therefore, I explained the main forms of runes, their uses and how some scholars have explained these sources to study the pass. Furthermore, there are some considerations on the lack of a strict methodology for rune studies.

Keywords: Runes – runology – Middle Ages

Definir qual a abrangência do estudo das runas é uma tarefa difícil. É possível elencar contribuições da Linguística, Filologia, Paleografia, Arqueologia, Estudos Culturais, Ciência da Religião, Direito, Literatura, História da Arte, Mitologia, Criptografia² e Ocultismo³ (BARNES, 2010: 1). Logo, se trata de um “termo guarda-chuva” (BARNES, 2012: 7). Mas como concatenar tantos elementos disparatados? Seria a runologia uma disciplina própria? Para ser mais específico, o que são as runas e a runologia?

As runas são um sistema alfabético de escrita usado para registrar memórias. Diferente do que o senso comum pressupõe, alguns povos germânicos e os escandinavos não eram iletrados, pois dispunham de um modo de escrita com um alfabeto chamado rúnico; cada letra, por sua vez, chamava-se runa. A forma de escrita

¹ Professor de História Medieval da Universidade Federal do Amapá/Campus Binacional; Professor Colaborador do Curso de Especialização em História Antiga e Medieval da Universidade Estadual do Rio de Janeiro; Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo; Pesquisador do LATHIMM/USP, do Brathair/UEMA, do LEM/USP e do Leitorado Antigo/UPE. Email: rbirro@usp.br

² A **criptografia** ou **criptologia** é o estudo dos métodos de transmissão de mensagens de maneira codificada. Alguns princípios das “runas cifradas” (cf. a seguir) tem sido discutidos para resolver problemas contemporâneos, como as estratégias de segurança de assinaturas eletrônicas (ROEBUCK, 2012: 82-83).

³ O **ocultismo** ou **ciência oculta**, em termos filosóficos, aproveita-se de Schopenhauer para definir seu objeto como a “natureza interna” das coisas, enquanto a “natureza externa” ficaria sob responsabilidade da Ciência (SCHOPENHAUER, 1844; OLCOTT, 2011: 198-214). A inserção do Ocultismo não significa um reconhecimento desta como um conhecimento científico válido ou não, tema que foge do escopo deste texto. Meu propósito é rememorar os estudos de viés místico/oculto que, em maior ou menor grau, motivaram e motivam algumas pesquisas sobre as runas.

diferia da nossa, pois usava símbolos fáceis para gravar (ou inscrever) em superfícies rígidas; a principal estrutura era o traço (“bordão” ou *stav*). Tal método, além de simples, era barato e conveniente (PAGE, 1987: 7).

Porém, a simplicidade tinha seu preço: embora fosse fácil gravar um pedaço qualquer de madeira de pouco mais de 20cm com uma faca, havia um limite para o tamanho da mensagem gravada. As runas serviram, sem dúvida, como um método prático para memorizar e legar ao futuro pequenas informações, ou enviar mensagens. Também não havia uma gramática, o que implicava em diferentes padrões, simplificações, erros na gravação; também é preciso mencionar as deteriorações provocadas pela ação do tempo, entre outras variáveis. Assim, há uma “lei da *runodinâmica*”, i.e., “para cada inscrição, terão tantas interpretações quanto runólogos estudando-a” (McLEOD, 2006: 1-3).

Algumas teorias sugerem que o alfabeto rúnico foi criado em torno do nascimento de Cristo após o contato dos povos germânicos com culturas letradas do Sul, mais especificamente com o alfabeto latino, grego, ou etrusco/norte da atual Itália. Durante a *Era Viking* e o período medieval, houve uma tendência de apontar a “origem divina”, como nas mensagens das runas de Noleby e Sparlösa em Västergötland, ou no poema éddico *Hávamál*. Em todos esses textos a criação do alfabeto esteve associada ao deus Óðinn (KNIRK, 1993: 545).

Ao partir para a perspectiva da Linguística, a palavra **rûna* (proto-indo-europeu) pode ser atestada no círculo germânico com os seguintes significados: do gótico *rûna* (“consulta, decisão”), do nórdico antigo *rún* (“mistério, sabedoria secreta”), do saxão antigo *rûna* (“conselho, discussão”) e *girûni* (“segredo”), do Alto alemão antigo *rûnôn* (“sussurrar”). Fora da esfera germânica, a palavra adquiriu no finlandês o sentido de “canção mágica ou encantamento” (GREEN, 1998: 255).

Para alguns especialistas, os germânicos, no sentido técnico, não podem ser considerados como parte de sociedades letradas, pois a escrita rúnica não servia aos mesmos propósitos da escrita greco-latina mediterrânea. As runas não foram usadas inicialmente para fins de comunicação diária, sendo empregadas em contextos religiosos, com mensagens curtas e restritas aos círculos dos “mestres das runas” (GREEN, 1998: 254).

Tal leitura, no entanto, apresenta um etnocentrismo que exalta os clássicos em detrimento de seus vizinhos “bárbaros”. Outrossim, como será possível constatar, os usos das runas foram bastante amplos: há monumentos, por exemplo, erguidos por reis

para homenagear seus seguidores, por guildas para um de seus membros, por um escravo libertado para seu antigo mestre, em comemoração pela conversão de uma província ou, num caso mais peculiar, de um aristocrata sueco que ergueu uma série de runestones para sua própria glória (GELTING, 2003: 111).

A diversidade de usos em diferentes contextos expõe sociedades que dispunham dos glifos rúnicos como forma de expressar ações do âmbito do cotidiano ou memórias que pretendiam uma relevância ampla, como na *runestone* de Jelling (c.965) erguida por Haraldr *do Dente Azul*: “O rei Haraldr ordenou que este monumento fosse feito em memória de Gormr, seu pai, e em memória de Thyrvé, sua mãe; Haraldr, que ganhou para si toda Dinamarca e Noruega e fez dos dinamarqueses cristãos” (DR 42)⁴.

As runas mais antigas, também chamadas de proto-escandinavas (c.150-700), são breves e difíceis de interpretar. Na maioria dos casos consiste de apenas uma palavra que pode ter servido para fins protetivos ou mágicos. A falta de outras fontes em rúnico deste período confere uma grande importância aos materiais encontrados, pois é possível estudar esses grupos diretamente, sem apelar para documentos provindos de outras culturas letradas do período (LARSSON, 2005: 403).

É possível identificar uma quantidade maior de inscrições rúnicas durante a *Era Viking*, especialmente durante o séc. XI. A maioria são textos comemorativos com padrões de formulação com certo padrão e relativamente fácil de interpretar. Entre c.1100-1500 foram feitas inscrições em outros materiais, como ossos e bastões de madeira, além de lápides, fontes batismais, sinos de igreja (LARSSON, 2005: 403-4004).

⁴ “[Lado A] haraltr : kunukR : baþ : kaurua

kubl : þausi : aft : kurm faþur sin

auk aft : þaurui : muþur : sina : sa

haraltr (:) ias : saR * uan * tanmaurk

[Lado B] ala * auk * nuruiak

[Lado C] * auk * t(a)ni (* karþi *) kristna”. As inscrições registradas nesse trabalho seguem a nomenclatura empregada pelo *Rundata - Samnordisk runtextdatabas (Banco de dados de textos rúnicos escandinavos)*, disponível em <http://www.nordiska.uu.se/forskn/samnord.htm>.

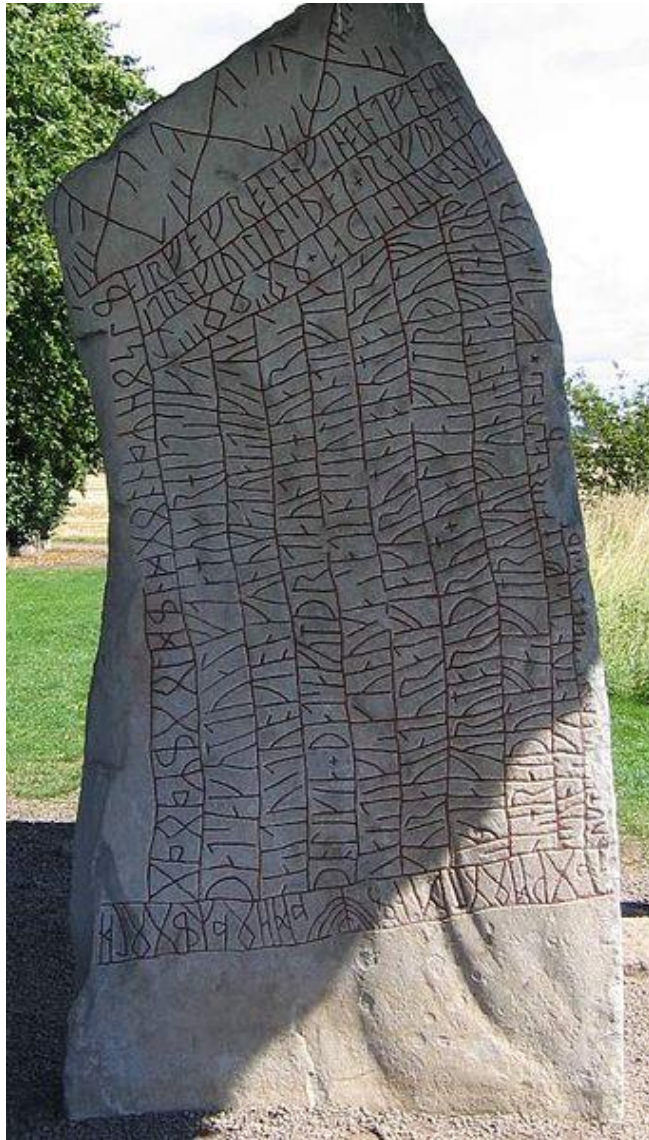


Imagem 1: *Runestone* de Rök (Ög 136, Östergötland, Suécia), que dispõe de uma longa mensagem em diferentes tipos de gravações. Trata-se de um monumento memorial erguido para homenagear um filho morto. **Fonte:** Wikipedia (2015).

Nr	Ramo longo	Galho curto	Sem bordão	Design.	Transl.	Sons	Ætt
1	ƿ	ƿ	ī	<i>fé</i>	f	<i>ff w</i>	<i>Freyr</i>
2	ᚢ	ᚢ	ī	<i>úrr</i>	u	<i>u y o ø au øy w</i>	
3	ᚦ	ᚦ	ī	<i>þurs</i>	þ	<i>θ ð</i>	
4	ᚫ	ᚫ	ı ?	<i>óss, áss</i>	o a	<i>o ā</i>	
5	ᚱ	ᚱ	ī	<i>reið</i>	r	<i>R r RR RR</i>	
6	ᚷ	ᚷ	ī	<i>kaun</i>	k	<i>K kk g gg nk ng</i>	
7	ᚨ	ᚨ	ī	<i>hagall</i>	h	<i>H γ</i>	<i>Hagall</i>
8	ᚢ	ᚢ	ı	<i>nauð</i>	n	<i>n nn</i>	
9	ᚦ	ᚦ	ī	<i>íss</i>	i	<i>i æ æi</i>	
10	ᚫ	ᚫ	ı	<i>ár</i>	a	<i>a æ æi</i>	
11	ᚱ	ᚱ	ī	<i>sól</i>	s	<i>s ss</i>	
12	ᚹ	ᚹ	ı	<i>týr</i>	t	<i>t tt d dd nt nd</i>	<i>Tyrr</i>
13	ᚷ	ᚷ	ī	<i>bjarkan</i>	b	<i>b bb p pp mb mp</i>	
14	ᚷ	ᚷ	ı	<i>maðr</i>	m	<i>m mm</i>	
15	ᚦ	ᚦ	ı	<i>logr</i>	l	<i>l ll</i>	
16	ᚨ	ᚨ	ı	<i>ýr de ýR</i>	t	<i>R RR y æ</i>	

Tabela 1: as diferentes formas de grafar as runas na Escandinávia da *Era Viking* e do período Medieval de maneira sucinta. Ressalto que alguns fonemas não foram incluídos por não compor o *fupark* “original” e o período desenvolvido por esta pesquisa. **Fonte:** William (2008, adaptado)⁵.

Como é possível notar, os nomes dos glifos são substantivos com significados claros, mas apesar das tentativas de derivar os nomes dos glifos da cosmologia germânica, nenhuma ordem especial ou escolha particular pode ser compreendida (KNIRK, 1993: 546). Vale ressaltar que os nomes dos grupos (“ramo longo”, “galho curto” e “sem bordão”) são modernos e designam as runas de “ramo longo”, *runas normais* ou *runas dinamarquesas*, as runas de “galho curto” ou *runas sueco-norueguesas* e, por fim, as “runas sem bordão”, *runas suecas* ou *runas de Hälsinge*. Os glifos apresentam variantes; podem ser revertidos ou invertidos (ƿ ~ ƿ e ƿ ~ ƿ) ou unidos (ᚦ + ᚦ = ᚦ), muitas vezes utilizando o mesmo bordão. As designações foram apresentadas acima, acompanhadas pela transliteração, pelos sons e pela *ætt* (família) (WILLIAMS, 2008: 282).

Outras características marcantes são: a não obrigatoriedade nos espaçamentos entre palavras; um glifo no fim de uma palavra poderia ser reaproveitado no início da palavra seguinte; se o ƿ ou ƿ (m e n, respectivamente) precedesse uma consoante idêntica, não era preciso repetir a representação. Deste modo, a dificuldade interpretativa para um leitor de primeira mão, como alertado outrora, torna a leitura das runas um árduo exercício (WILLIAMS, 2008: 283). Todavia, até mesmo especialistas cometeram erros interpretativos consideráveis, o que justifica um cuidado redobrado para o estudo das runas. Alguns desses casos serão apresentados no decorrer do texto.

⁵ Referências fonéticas: y do port. **luneta**; ø do ing. **bird**; θ do port. **fim**; ð do ing. **other**; ā do franc. **blanc**; r do escoto **red**; R do ing. **red**(?); γ do dinam. **bog** (g fricativo); æ do ing. **man** (WILLIAM, 2008: 283).

Muitos gravadores de runas preferiam usar ou modificar glifos rúnicos existentes para novos fonemas em vez de investir na criação de novas runas. Os motivos para tanto ainda são indecifráveis. No entanto, entre o fim do século X e o início do século XI, três “runas pontilhadas” foram adicionadas ao alfabeto para representar os fonemas de maneira mais exata. Em vez de criar runas para /e/, /g/ e /y/, respectivamente, pontos foram criados nas runas ᚠ, ᚢ, ᚦ (“f”, “k” e “u”)(ENOKSEN, 1998: 136).

Um desdobramento posterior foi a criação das “runas sem bordão” ou “runas sem marcas” como um processo de simplificação do alfabeto rúnico, batizadas assim pela falta de “bordão” (*stav*), *i.e.*, o traço vertical característico da escrita *futhork*. Tudo indica que não foram populares, pois poucos registros foram encontrados e/ou preservados. As razões são óbvias: embora fáceis de gravar, as “runas sem bordão” dificultam muito a leitura, como no caso do dos glifos ᚠ, ᚢ e ᚦ, ou seja, “a”, “t” e “b”, respectivamente (BARNES, 2012: 64).

É preciso ressaltar outra forma de gravar informações rúnicas, a saber, as “runas cifradas” ou “runas crípticas”, utilizadas para registrar mensagens secretas reservadas a leitores que sabiam a chave de leitura proposta pelo gravador. As runas crípticas mais comuns, assim, são chamadas de “runas tenda” e compostas por dois bordões em X, onde pequenos traços no bordão com a ponta superior à esquerda determina o *ætt*, enquanto outros traços na ponta superior voltados à direita definem a runa equivalente da família assinalada (ENOKSEN, 1998: 84).

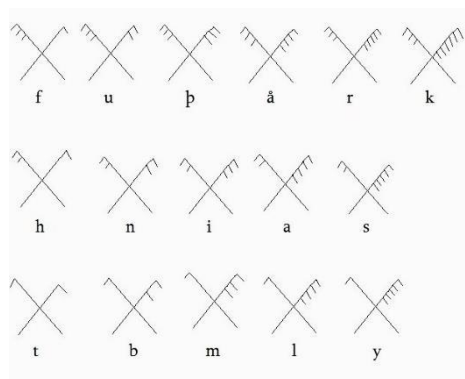


Imagem 2: Formas simplificadas de “runas cifradas” conforme o padrão de “runas tenda”. Neste caso, o pretense autor teria modificado também a ordem dos *ættir* (Freyrr como o 3.º e Tyrr como o 1.º). Com decorrer do tempo, outros sons/glifos foram inseridos, como o correspondente ao “o”, neste caso, no *ætt* Tyrr. **Fonte:** Førsten (2015).

Como não havia uma espécie de “gramática” ou “manual” e considerando que o objetivo era ocultar o significado da mensagem para ser revelado a possivelmente alguém em potencial, havia variações nas “runas cifradas”, a depender do padrão combinado previamente entre as partes interessadas ou seguido pelo gravador. Um bom

exemplo é a *runestone* Ög 136 (Östergötland, Suécia), onde o gravador da mensagem estabeleceu apenas um bordão como parâmetro para cada som/glifo.



Imagem 3: Recorte da *runestone* Ög 136 com “runas cifradas”, numa das variantes possíveis. $2/4$ $3/6$ $3/2$ $1/3$ $3/2$ $3/6$ $1/3$ $2/3$ $2/2$ $2/3$ (alguns ramos perdidos por danos foram repostos). A transcrição pela tabela disposta no início do artigo sugere *akumukmini* (sem dúvidas *sakumukmini*), o que pode significar tanto “conto” ou “para os homens jovens” (*múgminni/ungmenni*). **Fonte:** Achird (2009) e Barnes (2012).

Outra maneira mais complexa de gravar as “runas tenda” ocorre ao utilizar os bordões em X para determinar dois glifos simultaneamente. Ao lê-los no sentido horário, a ponta superior do primeiro e do segundo bordões determinam os *attir*, enquanto as pontas inferiores dos bordões indicam a posição do glifo em cada *att* (ENOKSEN, 1998: 85).



Imagem 4: Forma mais complexa de “runas tenda”, com dois sons/glifos a cada dois bordões. Neste destaque presente na Ög 136, nota-se $3/2-1/4$ $2/2-2/3$ $3/5-3/2$ PR conforme a tabela 1, ou, transcrito, *ulnirupR*, compreendido por muitos como *ol nirøðR* (nonagenário, gerou [um filho]). **Fonte:** Achird (2009) e Barnes (2012).

Nas “runas em rama” o princípio é o mesmo, mas utilizava-se apenas um bordão vertical; as “ramas” do lado esquerdo indicam o *att*, enquanto as ramas do lado direito indicam qual runa do *att* designado pelo outro lado. As ramas do lado esquerdo podem ser voltadas para cima ou para baixo, sem ocorrer variações como no caso das “runas em tenda” (ENOKSEN, 1998: 84-85).

Uma maneira de dificultar ainda mais a decifração era inverter a ordem dos *attir*, i.e., tornar o *att* de Freyr o terceiro e o *att* de Tyr o primeiro (cf. imagem 2). Em alguns casos e com o passar do tempo, foram incluídos outros sons/glifos nesses

conjuntos conforme a seguinte disposição: (1) fuparkgw, (2) hñijæpzs, (3) tbemljod (ENOKSEN, 1998: 84-85).

No período medieval, por sua vez, as “runas medievais” foram criadas ao misturar as runas de “ramo longo” e “galho curto” da *Era Viking* tardia. Como expresso antes, algumas adições foram realizadas para atender sons da fala diferentes, provindos da diferenciação linguística entre os reinos e os contatos mais intensos com outras culturas. Novos glifos, assim, foram criados para suprir tais demandas (KNIRK, 1993: 551).

A introdução das letras latinas (séculos X e XI) fez com que alguns homens daquele tempo conectassem o alfabeto latino com a fé cristã. Porém, até mesmo mensagens religiosas cristãs foram transliteradas para os glifos rúnicos, como invocações a santos e orações. A utilização ampla de mensagens rúnicas pode ser atestada pela quantidade de objetos e a abrangência dos indícios, presente até mesmo na atual Groenlândia, Itália e Jerusalém. A escrita rúnica continuou a ser usada sem grandes declínios até o século XIV, ainda que na província Sueca de Dalarna uma tradição de escrita rúnica tenha persistido até o início do século XX (KNIRK, 1993: 551).

Nesta etapa também é possível identificar usos de grande amplitude para fins não religiosos. As inscrições de Bryggen (em Bergen), na Noruega, são um exemplo clássico: tratam-se de 670 gravações rúnicas em pinho e osso, produzidas ao menos antes do século XIV. As mensagens variam em conteúdo: de “etiquetas” de propriedade (“Haraldr á mik”, i.e., “Haraldr me tem”), a declarações de amor (“Ást min, kyss mik”, “minha querida, me beije”), mensagens de conteúdo sexual (“Féligr er fuð sinn byrli Fuðorglbasm”, “Amável é a buceta; possa o caralho preenche-la!”) passando por espécies de “cartas de negócio” e ordens enviadas (“Gyða segir at þú gakk heim”, “Gyða disse para você ir para casa!”) (B001; B017; B011; B149).

Algumas também foram usadas como amuletos e misturavam personagens cristãos (anjos, santos ou o próprio Cristo) com deuses pagãos e prováveis espíritos da terra (B013; B007; B005). Inscrições com sentenças em latim ou palavras também não eram incomuns nesse conjunto. A inscrição B145 ficou famosa por citar as normas e dispor um verso aliterativo de Virgílio “Omnia vincit amor et nos cedamus amore”.



Imagem 6: “runas medievais” com a inclusão de novos sons. **Fonte:** Knirk (1993).

O estudo runológico específico, por sua vez, trata dos símbolos (individuais ou num sistema), seu desenvolvimento e seu uso como linguagem para recordar. O primeiro passo seria ler e interpretar a sequência de runas sobre um suporte. A leitura da inscrição seria feita no suporte *in loco*, ou a partir de uma fotografia (levando em consideração os problemas que a luz, sombra e ângulo podem causar) e desenhos (que apresentam elementos de subjetividade). A interpretação, por sua vez, frequentemente requer ajuda de outras disciplinas, como a Arqueologia, História da Arte ou conhecimentos mitológicos (BARNES, 2010: 1).

Para Barnes, os elementos centrais da investigação runológica são: 1) a origem do alfabeto rúnico; 2) a mudança do *fubark* antigo para o *fuborc* anglo-saxão, seguida pelo *fubark* novo (ou runas escandinavas); 3) o desenvolvimento de caracteres rúnicos adicionais e seu status; 4) runas como sistemas de grafemas; 5) a diferença entre grafemas, grupos de grafemas e as unidades do *fubark*; 6) os princípios e a prática da transliteração. Por fim, este erudito sugere que a leitura das inscrições é mais central à runologia que sua interpretação. Nestes termos, Barnes afirmou que “a leitura precisa ser feita primeiro e empreendida por alguém com experiência no campo. Em seguida ocorre a interpretação, que pode, em algumas circunstâncias, ser feita por historiadores, arqueólogos ou outros [...]”, desde que estes disponham de conhecimento linguístico para entender como ler as runas (2010: 1-2).

Porém, Barnes apontou alguns problemas para o estudo das runas: não há um guia moderno de runologia, ou uma metodologia padronizada, ou ao menos ou um núcleo teórico. A maioria dos runólogos em atividade ou do passado foram acadêmicos autodidatas de disciplinas relacionadas (ou não, como apresentarei *a posteriori*) que se interessaram pelas runas e pela escrita rúnica. Cada aproximação, portanto, obedece um *background* acadêmico específico (BARNES, 2012: 7).

A aproximação tradicional da runologia é basicamente etimológica. Tal leitura, no entanto, tende à restrição de horizontes. Uma leitura mais inovadora partindo dessa

perspectiva é a comparação com amuletos gregos, romanos, etruscos ou, mais recentemente, da tradição céltica (MacLEOD, 2006: 2).

Sobre a abordagem etimológica, Judith Jesch defendeu seu uso, ainda que ela tenha enfatizado, num sentido diferente de MacLeod, que é preciso levar em consideração outros aspectos que não os estritamente linguísticos (2001: 37). Como Peterson sugeriu na década de 90, a Linguística (*språkvetenskap*) seria o centro da runologia, mas reconhecendo sua “stort mått av tvärvetenskap” (“amplitude interdisciplinar”). Esta foi uma tendência tradicional para o estudo das runas (1995: 41-50).

Porém, apesar dos estudos runológicos datarem do séc.XVI, a falta de uma delimitação precisa de suas bases propicia um avanço lento. Barnes indicou alguns problemas para aplicar teorias e quanto aos dados. Ele, por exemplo, utiliza fonemas e grafemas como conceitos não cambiáveis. Trata-se de uma teoria linguística bem estabelecida, não de uma teoria da runologia (BARNES, 2010: 2).

Quanto aos dados, um exemplo pode elucidar o problema. Para os historiadores da arte, as inscrições rúnicas e os elementos figurativos das cruzes da Ilha de Man (ou Manx) são do século X e, no máximo, do início do século XI. Alguns runólogos apontaram, por sua vez, que certas formas sugerem que as gravações foram produzidas num período posterior com base num conhecimento empírico a partir da experiência. Neste caso, a falta de dados comprobatórios, não de teoria, é o maior problema (BARNES, 2010: 2).

Talvez outro caso seja ainda mais sintomático para problematizar a discussão. Na porta da Igreja de Forsa, na província de Hälsingland (Nordeste da Suécia), ficava pendurado um anel de ferro com aproximadamente 45 cm de diâmetro. O aro, suspenso desde os tempos antigos, apresenta quase 250 caracteres rúnicos gravados com um formão.



Imagem 7: Detalhe do aro da igreja de Forsa, Hälsingland (Suécia). **Fonte:** ArchEurope (2014).

Desde a interpretação clássica de Sophus Bugge em *Runeskriften paa Ringen i Forsa Kirke i nordre Helsingland* (*A inscrição rúnica no aro da Igreja de Forsa, no Norte de Helsingland*, 1877), a inscrição foi interpretada como multas aplicadas quando os serviços divinos eram ilícitamente cancelados. A palavra *staf* estava vinculada ao bispo (ou ao báculo episcopal), enquanto a sequência *lirþiR* (𐌺𐌹𐌺𐌹𐌹) significava, nesta leitura, *liuþiR* (“[clérigos] letrados”, *lærðir*, 𐌺𐌹𐌺𐌹𐌹), o que transformava a gravação numa regra eclesiástica do séc. XII.

Em 1979, porém, o runólogo norueguês Aslak Listøl publicou um *paper* contestando a leitura já centenária e tradicional. A partir da comparação com outros casos, ele constatou que a runa “r” seria, na verdade, um “u”; Nestes termos, a palavra seria *liuþiR* (*ljóðir*, “povo”). A conexão cristã desapareceu instantaneamente e a gravação se tornou o primeiro ato legal escandinavo de maneira geral, datado no início da *Era Viking* (c.900), ou seja, aproximadamente trezentos anos antes da interpretação anterior (LIESTØL, 1979; BRINK, 2008: 28-29)⁶.

Este caso emblemático faz valer a expressão “lei da runodinâmica”. Deste modo, o estado de conservação e o tipo de runa empregada, além do suporte disponível, a condicionariam bastante a leitura. Também é preciso considerar o “espírito da época” do estudioso das runas, a saber, as condições políticas, sociais e ideológicas que cercavam os estudiosos do passado escandinavo.

Por fim, pelo breve balanço disposto, a tendência linguística recebeu bastante ênfase, enquanto a utilização de runas como evidência histórica recebeu pouca atenção

⁶ O juramento gravado num anel é curioso atualmente, mas há várias evidências desta prática na Europa Setentrional, como a *Crônica Anglo-Saxônica* (anno 876), a *Edda poética* (*Havamál* e *Atlakviða*), em sítios arqueológicos (Lilla Ullevi, Uppland, Suécia, 2007) e em sagas (*Kjalnessingasaga* e *Eyrbyggja saga*). Para mais informações, ver: <http://archeurope.eu/index.php?page=forsa-rune-ring>.

pelos eruditos (OZAWA, 2007: 44). Neste íterim, também é preciso ressaltar a pequena importância dada aos elementos não-textuais figurativos e ornamentais, ignorados nas principais bases de dados, que dispõem tão somente os glifos, a transliteração e uma possível tradução.

Assim, a dificuldade para estabelecer os significados é o principal motor das pesquisas. No caso das *runestones* suecas, apesar da “fórmula básica” (“X ergueu essa rocha em memória de Y”) apresentada na maioria delas, há vários verbos que podem ser usados para a ação de erguer o monumento, uma quantidade surpreendente de preposições que significam “em memória de” e variações de substantivos para designar o próprio monumento. Na Ilha de Man, por exemplo, o substantivo *kross* foi mais usado que *steinn* (rocha, pedra). Outro exemplo seria a extensão do adjetivo *góðr* (bom) na expressão *góðr drengr* (metaforicamente “homem nobre”): qual a amplitude semântica do termo? Ele implicaria apenas em aprovação ou apresentaria um significado mais profundo? (JESCH, 2001: 36).

Ao prosseguir a reflexão sobre a influência das runas no cotidiano e no processo cognitivo escandinavo, também é preciso levar em consideração que o suporte e o tipo de grifo condicionam diretamente a escrita e a relação entre o texto e a utensilagem mental (DUBY, 1960: 952 e 962-963). A diferença entre a grafia em rochas com runas e no *vellum* com alfabeto romano é abissal e pressupõe um impacto mental e cultural gritante no contexto escandinavo da escrita rúnica.

Este breve texto pretende abrir ao público nacional uma discussão interessante sobre indícios tão relevantes para as pesquisas sobre a *Era Viking* (c.800-1100) e a Escandinávia Medieval. Longe de esgotar e esboçar um balanço completo dos eruditos que contribuíram para os estudos sobre as runas, meu propósito foi desnudar o que são as runas, como foram usadas, como são estudadas e quais os principais problemas que esses estudos encontram.

Vale ressaltar que não explorei conscientemente a perspectiva religiosa do uso das runas por duas razões. A primeira é que, apoiado em Jörn Staecker, creio que “em vez de entender como as pessoas de um século atrás formavam sua própria imaginação e sua linguagem simbólica, alguns pesquisadores ainda tentam fazer os vikings serem mais pagãos do que eles jamais foram” (2007: 301). Isso não significa, no entanto, que

as runas não dispunham de valores religiosos pré-cristãos, como é possível constatar na abordagem da maioria dos trabalhos publicados sobre o tema, assim como numa breve análise das inscrições mais famosas.

Porém, boa parte das evidências rúnicas sofreu ressignificações pela via religiosa, conquanto o Cristianismo se fizesse presente concomitantemente, algo que deve ser igualmente levado em consideração. Trata-se de um ponto de vista pouco trabalhado e motivado por inúmeras razões. Cito, dentre outros problemas, o proselitismo religioso e/ou ideológico neopagão/ariano, que transmite subrepticamente ideias de superioridade da raça e de “povo eleito” (MOOSBURGER, 2015: 17-36).

Ademais, apoio-me também nas conclusões de Anthony Faulkes, quando afirmou em certa ocasião que as runas “sequer devem ser associadas a poemas místicos ou com previsão da sorte, poderes supernaturais ou baboseiras similares” (2007: 211). A razão é simples: a prática corrente do uso das runas em rituais místicos é moderna; por sua vez, o conhecimento do uso das runas no passado para fins rituais e mágicos é fragmentário e escasso.

No entanto, ainda que o conhecimento sobre as runas não esteja plenamente consolidado e as razões que fomentaram seus “usos e abusos” ainda estão abertos à discussão, por assim dizer, tanto no passado quanto no presente, este breve levantamento tenta motivar jovens pesquisadores nacionais a se enveredar por tal caminho. Mesmo que oscilante e problemático, o estudo científico das runas é fascinante e cheio de possibilidades.

A meu ver, a falta de uma metodologia e de contornos estritos que dificultam a formação de um “núcleo duro” da runologia não deve ser considerada de maneira pessimista. Pelo contrário: Num trabalho sólido e balanceado, as runas possibilitam uma liberdade incomum de abordagens e reflexões teórico-metodológicas no campo científico contemporâneo.

Referências bibliográficas

- BARNES, Michael P. *Runes: a handbook*. Woodbridge: Boydell Press, 2012.
- BARNES, Michael P. What is runology? Runes in Context *In: Preprints to The 7th International Symposium on Runes and Runic Inscriptions*, Oslo 2010. Oslo: Museum of Cultural History, 2010. Disponível em <http://www.khm.uio.no/english/research/publications/7th-symposium-preprints/> Acesso em 07 fev 15.
- BRINK, Stefan. Law and society *In: BRINK, Stefa & PRICE, Neil (eds.). The Viking World*. London: Routledge, 2008, pp. 23-31.

- DUBY, Georges. Histoire des Mentalités In: SAMARAN, C. (Org.). *L'Histoire et ses méthodes*. Paris: Gallimard, 1961, p. 937-966.
- ENOKSEN, Lars Magnar. *Runor: historia, tydning, tolkning*. Stockholm: Historiska Media, 1998.
- FØRSTEN, Ole. *Tjaldrunir*. Disponível em http://es.wikipedia.org/wiki/Runa_cifrada Acesso em 06 mar 15.
- GELTING, Michael H. Predatory Kinship revisited In: _____. *Anglo-Norman Studies XXV: proceedings of the Battle Conference 2002*. Woodbridge: Boydell, 2003, pp. 107-119.
- GREEN, Denis Howard. The vocabulary of writing In: _____. *Language and History in the Early Germanic World*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998, pp. 254-271.
- KNIRK, James E. Runes and runic inscriptions In: PULSIANO, Phillip & WOLF, Kirsten (eds.). *Medieval Scandinavia: An Encyclopedia*. London: 1993, pp. 545-554.
- LARSSON, Patrick. Runes In: McTURK, Rory (ed.). *A Companion to Old Norse-Icelandic Literature and Culture*. London: Blackwell, 2005, pp. 403-426.
- LIESTØL, Aslak. Runeringen i Forsa. Kva er han, og når vart han smidd?, *Saga och Sed. Kungl. Gustav Adolfs Akademiens årsbok*, 1979, pp.12-27.
- LOOIJENGA, Tineke. *Texts and Contexts of the Oldest Runic Inscriptions*. Leiden: Brill, 2003.
- MacLEOD, Mindy & MEES, Bernard. *Runic Amulets and magic objects*. Woodbridge: Boydell Press, 2006.
- OLCOTT, Henry Steel. The Occult Sciences In: _____. *Theosophy, Religion and Occult Science: With Glossary of Eastern Words*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011, pp. 198-214.
- OZAWA, Minoru. Rune Stones Create a Political Landscape – Towards a Methodology for the Application of Runology to Scandinavian Political History in the Late Viking Age- Part1, *HERSETEC: journal of hermeneutic study and education of textual configuration* 1 (1), 2007, p.43-62.
- PAGE, Raymond Ian. *Runes: Reading the past*. Berkeley: University of California Press, 1987.
- PETERSEN, Jan. *Vikingetidens redskaper*. Oslo: Klasse, 1951.
- ROEBUCK, Kevin. Cipher runes In: _____. *Electronic Signature: High-impact Strategies*. Brisbane: Emereo, 2012, pp. 82-83.
- SCHOPENHAUER, Arthur. *Die Welt als Wille und Vorstellung*. Leipzig, 1844.
- STAECKER, Jörn. Decoding Viking Art: The christian iconography of the Bamberg shrine In: HÅRDH, B., JEENBERT, K. & OLAUSSON, D. (eds). *On the Road: Studies in Honour of Lars Larsson*. Acta Archaeologica Lundensia, 26. Stockholm: Stockholm University Press, 2007, p. 299-304.
- WILLIAMS, Henrik. Runes In: BRINK, Stefa & PRICE, Neil (eds.). *The Viking World*. London: Routledge, 2008, pp. 281-290.